

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Leste S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	1
A CEMIG GERAÇÃO LESTE	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	 13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	20
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	21
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	21
7. IMOBILIZADO	22
8. INTANGÍVEL.....	23
9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	24
10. FORNECEDORES	26
11. PROVISÕES.....	26
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	27
13. TRIBUTOS	27
14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS.....	27
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
16. RECEITA.....	29
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	30
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	36
22. SEGUROS.....	39
 PARECER DO CONSELHO FISCAL	 40
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$ 40.696 mil em 2021, em comparação ao resultado de R\$ 28.809 mil em 2020, um aumento de 41,26% devido, principalmente, a um maior volume de transações junto a CCEE e a variação da Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga.

Receita

A Cemig Geração Leste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 15/2016 – ME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), conforme previsão do contrato.

As principais variações na receita da Companhia são conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2021 foi de R\$ 35.671 mil, em comparação a R\$ 30.483 mil em 2020.

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$ 27.429 mil em 2021 (R\$ 19.295 mil em 2020), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 15.657 mil em 2021 (R\$ 13.432 mil em 2020) um aumento de 16,56%. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 2.335 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$ 43.031 mil antes dos efeitos fiscais, representando 5,43%. Comparativamente, no mesmo período de 2020, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 1.714 mil, em relação ao resultado de R\$30.523 mil antes dos efeitos fiscais, representando 5,62%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$ 42.860 mil, comparativamente a R\$ 30.333 mil em 2020. A Margem do LAJIDA foi de 74,12% em 2021 (69,75% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado	40.696	28.809	41,26
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.335	1.714	36,23
Depreciação e amortização	536	274	95,62
Resultado financeiro	(707)	(464)	52,37
LAJIDA	42.860	30.333	41,30
Margem LAJIDA	74,12%	69,75%	6,27

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise

dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,

3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 a Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pela Cemig GT propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022 que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$ 40.696 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.035 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.331 mil para pagamento de dividendos estatutários;
- R\$19.330 mil para constituição de reserva especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Leste é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	797	852
Títulos e valores mobiliários	4	16.006	9.374
Consumidores e revendedores	5	4.006	3.754
Ativo financeiro da concessão	6	15.938	14.553
Tributos compensáveis		49	42
Fundos vinculados		86	63
Outros créditos		13	11
TOTAL DO CIRCULANTE		36.895	28.649
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	3.292	2.108
IR e CS diferidos		-	247
Tributos compensáveis		568	331
Outros créditos		68	87
Ativo financeiro da concessão	6	109.250	99.255
Direito de uso		79	166
Imobilizado	7	13.027	11.734
Intangível	8	164	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		126.448	113.928
ATIVO TOTAL		163.343	142.577

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.452	2.882
Encargos regulatórios	12	199	280
Impostos, taxas e contribuições	13a	610	469
Imposto de renda e contribuição social	13b	419	460
Dividendos a pagar	15	19.331	10.061
Transações com partes relacionadas	20	257	257
Passivo de arrendamento	9	10	110
TOTAL DO CIRCULANTE		23.278	14.519
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	19	245	-
Encargos regulatórios	12	196	666
Impostos, taxas e contribuições	13a	468	-
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	14	10.713	10.259
Passivo de arrendamento	9	73	67
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.695	10.992
TOTAL DO PASSIVO		34.973	25.511
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	15		
Capital social		100.569	100.569
Reservas de lucros		27.801	16.497
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		128.370	117.066
PASSIVO TOTAL		163.343	142.577

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		2021	2020
RECEITA	16	57.827	43.491
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.532)	(798)
Encargos uso rede básica de transmissão		(4.688)	(4.422)
		(7.220)	(5.220)
CUSTOS			
Materiais		(737)	(458)
Serviços de terceiros		(5.882)	(6.232)
Depreciação e amortização		(536)	(274)
Outros custos operacionais		(61)	(58)
		(7.216)	(7.022)
CUSTO TOTAL	17	(14.436)	(12.242)
LUCRO BRUTO		43.391	31.249
DESPESA OPERACIONAL	17		
Despesas gerais e administrativas		(1.008)	(1.027)
Outras despesas operacionais líquidas		(213)	(163)
		(1.221)	(1.190)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	8	154	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		42.324	30.059
Receitas financeiras	18	1.208	768
Despesas financeiras	18	(501)	(304)
		707	464
Resultado antes dos impostos		43.031	30.523
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.843)	(1.756)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(492)	42
RESULTADO DO PERÍODO		40.696	28.809
Resultado básico e diluído por ação – R\$		0,4047	0,2189

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	40.696	28.809
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	40.696	28.809

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	100.569	5.377	13.927	(7.628)	112.245
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2019 (R\$0,1385 por ação)	-	-	(13.927)	-	(13.927)
Resultado do exercício	-	-	-	28.809	28.809
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	1.059	-	(1.059)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,10 por ação)	-	-	-	(10.061)	(10.061)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,10 por ação)	-	-	10.061	(10.061)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	100.569	6.436	10.061	-	117.066
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2020 (R\$0,10 por ação)	-	-	(10.061)	-	(10.061)
Resultado do exercício	-	-	-	40.696	40.696
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	2.035	-	(2.035)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,1922 por ação)	-	-	-	(19.331)	(19.331)
Reserva especial	-	-	19.330	(19.330)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	100.569	8.471	19.330	-	128.370

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	40.696	28.809
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	492	(42)
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(27.430)	(19.295)
Depreciação e amortização (Nota 7)	536	274
Juros passivo de arrendamento (Nota 9)	9	20
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	454	1.826
Variações monetárias – Restituição a concessionárias (Nota 18)	-	249
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	(154)	-
	14.603	11.841
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(252)	(36)
Tributos compensáveis	(244)	(24)
Ativo financeiro da concessão	16.050	15.244
Outros créditos	17	(16)
	15.571	15.168
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(430)	(2.578)
Impostos, taxas e contribuições	609	(60)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.635	3.416
Encargos regulatórios	(551)	225
Transações com partes relacionadas	-	31
	1.263	1.034
Caixa gerado pelas atividades operacionais	31.437	28.043
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.676)	(3.348)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.761	24.695
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	(7.816)	(1.114)
Fundos vinculados	(23)	(58)
Imobilizado	(1.731)	(2.331)
Intangível	(13)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(9.583)	(3.503)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(20.122)	(20.855)
Arrendamentos pagos	(111)	(104)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(20.233)	(20.959)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(55)	233
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	852	619
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	797	852
	(55)	233

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Leste S.A., sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.746, de 28/07/2020. Em 2020, cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

A Unidade Geradora Nº 2, potência de 330KW (não auditado), da PCH Neblina, se encontra suspensa comercialmente devido indisponibilidade prolongada causada por inundações ocorridas em janeiro/2020 e houve necessidade de fabricação de rotor da

turbina e painel completo de comando, controle e proteção. O retorno da UG está previsto para abril/2022.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF)

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.932 de 2021. As usinas do lote D, leilão Aneel 12/2015, onde as PCHs citadas anteriormente estão contempladas, tiveram, em regra, prazos de extensão iguais ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

Essa repactuação foi um importante avanço para o setor elétrico, reduzindo os níveis de judicialização, e também para a Cemig, com a extensão do prazo de suas concessões de geração de energia elétrica.

COVID-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres; e

Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- Na análise da mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante e nenhuma constituição de PECLD foi necessária;
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Ativos financeiros da concessão;

- Nota 7 – Imobilizado (depreciação);
- Nota 16 – Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam

explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

2.7. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, fundos vinculados, ativos financeiros da concessão, fornecedores e passivo de arrendamento.

b) Consumidores e revendedores

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas

e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira e multa por atraso na entrega de materiais. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e variações monetárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	38	38
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	-	335
<i>Overnight</i>	759	479
TOTAL	797	852

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 65% em 2020 conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% em 2021 (1,89% em 2020), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	938	1.523
Letras Financeiras - Bancos	13.218	5.792
Letras Financeiras do Tesouro	1.664	2.042
Debêntures	186	17
	16.006	9.374
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	3.247	2.039
Debêntures	45	69
	3.292	2.108
TOTAL	19.298	11.482

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), a uma taxa de 107,24% em 2021 (entre 106% e 110% em 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 105,00% e 130,00% do CDI em 2021 (entre 99,5% e 130% em 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazos, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2021 (entre (TR)+1% e 109% do CDI em 2020).

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não faturado	Até 90 dias	2021	2020
Fornecimento industrial	957	-	957	972
Suprimento a outras concessionárias	2.862	153	3.015	2.782
Energia elétrica de curto prazo	34	-	34	-
Total	3.853	153	4.006	3.754

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti para a Cemig Geração Leste – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016, a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física (“CGF” ou “regime de cotas”). Desde janeiro de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	113.808	109.757
Recebimentos	(16.050)	(15.244)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	27.430	19.295
Saldo Final	125.188	113.808
Circulante	15.938	14.553
Não circulante	109.250	99.255

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	4,20	11.543	(849)	10.694	7.438	(411)	7.027
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,86	459	(30)	429	314	(16)	298
Reservatórios, barragens e adutoras	3,68	1.737	(75)	1.662	333	(11)	322
Máquinas e equipamentos	4,32	9.347	(744)	8.603	6.791	(384)	6.407
Em curso	-	2.333	-	2.333	4.707	-	4.707
Total	4,20	13.876	(849)	13.027	12.145	(411)	11.734

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	7.439	-	4.104	4.104	11.543	(849)	10.694
Obras civis, benfeitorias e edificações	314	-	145	145	459	(30)	429
Reservatórios, barragens e adutoras	333	-	1.404	1.404	1.737	(75)	1.662
Máquinas e equipamentos	6.792	-	2.555	2.555	9.347	(744)	8.603
Em curso	4.706	1.731	(4.104)	(2.373)	2.333	-	2.333
Total	12.145	1.731	-	1.731	13.876	(849)	13.027

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2021, a taxa média de depreciação anual foi de 4,20% (4,31% em 2020).

8. INTANGÍVEL

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF)

Em 9 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 3 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao

direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$154, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		154	(3)	151	-	-	-
Ativos da concessão - GSF		154	(3)	151	-	-	-
Total		154	(3)	151	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Adições líquidas = (A)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	154	154	154	(3)	151
Ativos da concessão - GSF	-	154	154	154	(3)	151
Total	-	154	154	154	(3)	151

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	1.477	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	290	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	290	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	252	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	355	26/12/2046

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	167	167
Adição	75	-	75
Remensuração	2	9	11
Amortização	(3)	(84)	(87)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	92	166
Remensuração	7	1	8
Amortização	(2)	(93)	(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79	-	79

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	175
Adição	75
Juros incorridos	20
Arrendamentos pagos	(98)
Juros sobre arrendamentos pagos	(6)
Remensuração	11
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(111)
Juros sobre arrendamentos pagos	(6)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	73

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 21.

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Suprimento e transporte de energia elétrica	173	1.097
Materiais e serviços	2.279	1.785
TOTAL	2.452	2.882

11. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, são constituídos pelas ações ambientais, no montante de R\$23 (R\$1.225 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de supostas irregularidades em função de sua operação, e pelas ações de responsabilidade civil, no montante de R\$242, em decorrência de inundações provocadas pela abertura de comporta de usina hidrelétrica.

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	-	53
Pesquisa Expansão Sistema Energético	15	14
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	31	28
Pesquisa e desenvolvimento	340	851
CDE sobre P&D	9	-
	395	946
Circulante	199	280
Não circulante	196	666

13. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Circulante		
ICMS	205	168
COFINS	119	137
PASEP	26	30
INSS	164	98
ISSQN	50	25
Outros	46	11
	610	469
Não circulante		
COFINS	385	-
PASEP	83	-
	468	-
TOTAL	1.078	469

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	239	296
Contribuição social	180	164
TOTAL	419	460

14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins

de R\$10.259 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária e aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de 10.713.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$100.569, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou, de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2021	2020
Reserva legal	8.471	6.436
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	-	10.061
Reserva especial	19.330	-
	<u>27.801</u>	<u>16.497</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$ 2.035 de reserva legal em 2021, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, o lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo previsto no estatuto social, no montante de R\$19.330, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	40.696	22.012
	40.696	-
Reserva legal constituída	(2.035)	(1.100)
Reserva especial	(19.330)	-
	19.331	20.912
Dividendo obrigatório	19.331	10.456
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios	19.331	10.456
Dividendos adicionais propostos	-	10.456
Total dos dividendos	19.331	20.912

Destinação do Resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2022 que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$ 40.696, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.035 para constituição de reserva legal;
- R\$ 19.331 para pagamento de dividendos estatutários;
- R\$19.330 para constituição de reserva especial.

16. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento industrial	13.221	10.687
Fornecimento não faturado industrial	957	971
Transações com energia na CCEE	2.621	478
Suprimento cotas - Geração própria	35.645	34.523
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(723)	(932)
Realização ativo financeiro da bonificação pela outorga	(16.050)	(15.244)
Fornecimento bruto de energia elétrica	35.671	30.483
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	(1.826)
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	27.429	19.295
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.273)	(4.461)
	57.827	43.491

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2021	2020
Tributos sobre a receita		
ICMS	2.483	2.007
COFINS	1.651	1.380
PIS-PASEP	357	299
	4.491	3.686
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	115	158
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.-FNDCT	185	158
Pesquisa Exp. Sist. Energético-EPE/MME	92	79
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	320	380
CDE sobre P&D	70	-
	782	775
	5.273	4.461

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	681	603
Materiais	783	499
Serviços de terceiros (a)	6.204	6.656
Depreciação e amortização	536	274
Energia elétrica comprada para revenda	2.532	798
Encargos de uso da rede de distribuição	4.688	4.422
Outros custos e despesas operacionais líquidos	233	180
	15.657	13.432
Custo total	14.436	12.242
Despesa operacional	1.221	1.190
TOTAL	15.657	13.432

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Manutenção e conservação de instalações	5.076	5.820
Vigilância	87	71
Conservação e limpeza de prédios	12	134
Meio ambiente	362	88
Comunicação	40	45
Auditoria externa	81	27
Tecnologia da informação	97	113
Consultoria	17	44
Energia elétrica	60	113
Outros	372	201
TOTAL	6.204	6.656

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.176	409
Acréscimos moratórios de contas de energia	1	-
Multa por atraso na entrega de materiais	-	357
Outras	31	2
	1.208	768
Despesas financeiras		
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(249)
Outras variações monetárias	(15)	(19)
Juros passivo de arrendamento	(9)	(20)
Outras	(477)	(16)
	(501)	(304)
RESULTADO FINANCEIRO	707	464

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita bruta	50.272	50.272
Percentual de presunção	8%	12%
	4.022	6.033
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	904	904
Outras receitas financeiras	32	32
Base de cálculo - Lucro Presumido	4.958	6.969
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	744	627
Adicional 10% valor superior a R\$240	472	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.216	627
Rendas não resgatadas	272	272
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos - Rendas não resgatadas	68	24
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	12.828	12.828
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	1.026	1.539
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	257	139
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	154	154
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	12	18
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	3	2
Resultado IR e CS	1.216	627
Corrente	1.216	627
Diferido	328	164

	2020	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita bruta	49.778	49.778
Percentual de presunção	8%	12%
	3.982	5.973
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	367	367
Outras receitas financeiras	359	359
Base de cálculo - Lucro Presumido	4.708	6.699
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	706	603
Adicional 10% valor superior a R\$240	447	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.153	603
Rendas não resgatadas	42	42
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos - Rendas não resgatadas	11	4
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(1.826)	(1.826)
Percentual de Presunção	8%	12%
	(146)	(219)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos - Restituição a concessionárias	(37)	(20)
IR e CS – DIFERIDO	(26)	(16)
Resultado IR e CS	1.127	587
Corrente	1.153	603
Diferido	(26)	(16)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	257	257	-	-	(799)	(789)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	151	414	-	-	(1.404)	(517)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	(2.608)
Operações com energia elétrica (4)	-	-	75	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	19.331	10.061	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	254	217	98	22	2.923	2.769	(2.207)	(2.239)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	760	479	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	16.007	9.374	-	-	368	96	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	3.292	2.108	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,90% em 31 de dezembro de 2021 (0,28% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	26	24
Participação nos resultados	5	8
Previdência privada	2	2
Total (1)	33	34

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	4.006	4.006	3.754	3.754
Títulos e valores mobiliários	2	10.127	10.127	3.847	3.847
Fundos vinculados	2	86	86	63	63
Ativos financeiros da concessão	3	125.188	125.188	113.808	113.808
		<u>139.407</u>	<u>139.407</u>	<u>121.472</u>	<u>121.472</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	759	759	814	814
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	938	938	1.025	1.025
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.569	6.569	4.568	4.568
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.664	1.664	2.042	2.042
		<u>9.930</u>	<u>9.930</u>	<u>8.449</u>	<u>8.449</u>
		<u>149.337</u>	<u>149.337</u>	<u>129.921</u>	<u>129.921</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(2.452)	(2.452)	(2.882)	(2.882)
Passivo de arrendamento	2	(83)	(83)	(177)	(177)
		<u>(2.535)</u>	<u>(2.535)</u>	<u>(3.059)</u>	<u>(3.059)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem mercado ativo: Título patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com passivos de arrendamentos e fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.452	-	-	-	-	2.452
Passivo de arrendamento	1	2	8	44	208	263
TOTAL	2.453	2	8	44	208	2.715

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas Usinas Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

O período de outubro de 2020 a abril de 2021 registrou o pior regime de chuvas dos últimos 91 anos, resultando na necessidade de produção de energia de fontes térmicas para compensar o baixo nível dos reservatórios com a consequência no aumento do preço de energia no mercado de curto prazo e uma maior exposição das geradoras em função da redução da sua energia firme disponível para atendimento aos seus contratos por redução do fator de ajuste de geração – GSF (*Generation Scaling Factor*).

22. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 26 de fevereiro de 2022, na importância segurada de R\$20.654, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, e, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Leste S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Leste S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0